

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 27

1. Introdução e aspectos críticos 27
2. Do conceito de execução trabalhista 29
3. Princípios da execução trabalhista 31
 - 3.1. Conceito e importância 31
 - 3.2. Dos princípios da execução trabalhista em espécie 35
 - 3.2.1. Primazia do credor trabalhista 35
 - 3.2.2. Princípio do meio menos oneroso para o executado 36
 - 3.2.3. Princípio do título 37
 - 3.2.4. Redução do contraditório 38
 - 3.2.5. Patrimonialidade 41
 - 3.2.5.1. A questão da prisão do devedor de verba alimentar 41
 - 3.2.6. Efetividade 43
 - 3.2.6.1. Direito fundamental à tutela executiva 44
 - 3.2.7. Disponibilidade 46
 - 3.2.8. Princípio da instrumentalidade das formas 46

3.2.9.	Função social da execução trabalhista	47
3.2.10.	Subsidiariedade	49
3.2.10.1.	Da aplicação subsidiária da Lei n. 6.830/80 à execução trabalhista.....	50
3.2.11.	Princípio da duração razoável do processo na execução	52
3.2.12.	Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético).....	57
3.2.13.	Princípio do impulso oficial.....	59
3.2.14.	Princípio da proporcionalidade	64
3.2.15.	Princípio da cooperação.....	66
4.	Da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil na execução trabalhista e as lacunas da Consolidação das Leis do Trabalho.....	69
4.1.	O Código de Processo Civil de 2015 e o Processo do Trabalho	69
4.2.	As lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do CPC... ..	71
4.3.	Interpretação e aplicação das normas que regem a execução trabalhista.....	84
5.	Competência para a execução trabalhista	86
6.	Regras de direito intertemporal e a vigência da Lei n. 13.467/17	88
7.	Da prescrição na execução trabalhista.....	92
7.1.	Conceito de prescrição	92
7.2.	Da prescrição intercorrente	94
8.	Da conciliação na execução trabalhista	106
9.	Da audiência de conciliação na execução trabalhista	109
9.1.	Da audiência telepresencial na execução trabalhista	113
10.	Requisitos preliminares da execução trabalhista (pressupostos processuais e condições da ação executiva).....	117
10.1.	Pressupostos processuais da execução	117

10.2.	Das condições da ação.....	118
11.	Das condições da ação em espécie.....	120
11.1.	Legitimidade	120
11.2.	Legitimidade ativa	121
11.3.	Da legitimidade ativa do espólio e sucessores	123
11.4.	(Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista	124
11.5.	Do sub-rogado.....	127
11.6.	Legitimidade passiva	128
11.7.	Interesse processual.....	129
11.8.	Possibilidade jurídica do pedido.....	131
12.	Do mérito da execução.....	132
13.	A postura do Juiz do Trabalho diante da execução.....	133
14.	Medidas executivas atípicas	137
14.1.	Conceito e constitucionalidade	137
14.2.	O art. 139, IV, do CPC	141
14.3.	Requisitos necessários para as medidas atípicas.....	142

CAPÍTULO II

DA BOA-FÉ DAS PARTES NA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 151

1.	Dos deveres das partes e procuradores	151
2.	Da litigância de má-fé no processo do trabalho.....	156
3.	Da fraude à execução no processo do trabalho.....	157
4.	Da fraude à execução e fraude contra credores	162
5.	Do ato atentatório à dignidade da justiça	165
6.	Do assédio processual na execução trabalhista	167
6.1.	Da reparação do assédio processual na execução tra- balhista	175
7.	Da Litigância predatória.....	178

CAPÍTULO III**DOS TÍTULOS EXECUTIVOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 183**

1. Conceito e requisitos do título executivo 183
2. Títulos executivos judiciais previstos na CLT..... 187
 - 2.1. Sentença trabalhista transitada em julgado..... 187
 - 2.2. Sentença trabalhista pendente de julgamento de recurso recebido apenas no efeito devolutivo..... 190
 - 2.2.1. A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária 190
 - 2.3. Acordos homologados pela Justiça do Trabalho 196
3. Títulos executivos extrajudiciais trabalhistas 196
 - 3.1. Os termos de ajustes de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho 196
 - 3.2. Os termos de conciliação firmados perante as comissões de conciliação prévia..... 198
4. Títulos executivos não previstos na CLT que podem ser executados na Justiça do Trabalho 199
 - 4.1. Judiciais..... 199
 - 4.1.1. Sentença penal condenatória que atribui responsabilidade penal ao empregador, transitada em julgado 199
 - 4.1.2. Termo de homologação de acordo extrajudicial (arts. 855-B a 855-E da CLT)..... 201
 - 4.1.3. Sentença arbitral..... 205
 - 4.2. Títulos extrajudiciais previstos no CPC..... 208
 - 4.2.1. A certidão de inscrição na dívida ativa da União referente às penalidades administrativas impostas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho 208
 - 4.2.2. Títulos de crédito oriundos ou decorrentes da relação de trabalho podem ser executados na Justiça do Trabalho 209

CAPÍTULO IV**DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL..... 215**

1. Conceito 215
2. Da responsabilidade patrimonial secundária..... 216
3. Dos responsáveis secundários na execução no processo do trabalho (hipóteses típicas) 217
 - 3.1. Sucessão de empresas (empregadores)..... 217
 - 3.2. Da responsabilidade do sócio 224
 - 3.2.1. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica 226
 - 3.3. Da responsabilidade do sócio retirante..... 235
 - 3.3.1. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica 243
 - 3.3.1.1. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica 248
 - 3.4. Bens do cônjuge 252
 - 3.5. Da responsabilidade do devedor subsidiário 256
 - 3.5.1. Da responsabilidade solidária da empresa integrante do consórcio de empregadores..... 259
 - 3.5.2. Da responsabilidade subsidiária nos contratos de franquia..... 262
 - 3.6. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento 265
 - 3.7. Da responsabilidade do devedor subsidiário que não participou da fase de conhecimento..... 275

CAPÍTULO V**DA LIQUIDAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO 281**

1. Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica 281
2. Da liquidação por cálculos no processo do trabalho 287

3. Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente?	290
4. Liquidação por arbitramento.....	291
5. Liquidação por artigos (pelo procedimento comum).....	292
6. Da revelia na liquidação de sentença trabalhista.....	294
7. Da perícia na liquidação	296
8. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho	304
9. Da natureza da decisão que decide a liquidação no processo do trabalho e impugnabilidade	305
10. A questão dos juros e correção monetária dos créditos trabalhistas.....	309

CAPÍTULO VI

DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 323

1. Conceito e importância	323
2. A execução provisória do processo civil e sua aplicabilidade no processo do trabalho.....	326
3. Da penhora de dinheiro na execução provisória.....	334
4. Execução provisória de obrigação de fazer	336

CAPÍTULO VII

PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 339

1. Introdução e o Procedimento da CLT.....	339
2. Da liberação do depósito recursal antes do início da execução (art. 899 da CLT).....	341
3. Do início da execução trabalhista e da citação do executado	343
4. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC e sua aplicabilidade no processo do trabalho	348
4.1. Do art. 523 do CPC	348

4.2.	Da aplicabilidade do art. 523 do CPC ao processo do trabalho. Por uma mudança de mentalidade no caminho da efetividade e celeridade processuais	349
4.2.1.	Da aplicabilidade da multa do art. 523 do CPC na execução provisória no processo do trabalho.....	354
5.	Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho	354
6.	Protesto extrajudicial da sentença trabalhista.....	357
7.	Da certidão negativa de débitos trabalhistas	361

CAPÍTULO VIII

DA PENHORA 365

1.	Conceito e natureza jurídica.....	365
2.	Dos efeitos da penhora	366
2.1.	Do tempo e local da penhora.....	367
3.	Da importância da penhora para a execução.....	370
4.	Indicação de bens. Ordem de penhora. Construção e garantia do juízo	371
4.1.	Ferramentas eletrônicas para a efetividade da penhora (Convênios).....	375
5.	Do auto de penhora	387
6.	Dos bens impenhoráveis	387
6.1.	Impenhorabilidades previstas no Código de Processo Civil e aplicação no Processo do Trabalho	388
6.2.	Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	390
6.3.	Os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guardam a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida....	394

6.4.	Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	394
6.5.	Os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal	395
6.6.	Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado	397
6.7.	O seguro de vida	399
6.8.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	399
6.9.	A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	399
6.10.	Os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra	400
6.11.	Verbas de natureza pública para pagamento de trabalhadores de empresas privadas	400
6.12.	Bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas	401
7.	Da impenhorabilidade do bem de família	402
8.	Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias	415
9.	Da penhora de salário	422
9.1.	Da penhora da quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 salários mínimos	428
10.	Penhora de bens imóveis	429
10.1.	Da penhora do imóvel em condomínio (indivisível)	432
10.2.	Do registro da penhora do imóvel e consequências	435
10.3.	Da penhora do imóvel hipotecado	437

10.4. Fraude à execução (terceiro de boa-fé e a penhora de bem imóvel).....	440
11. Penhora de bem gravado com alienação fiduciária em garantia	445
12. Penhora de bem gravado com <i>leasing</i>	447
13. Penhora de faturamento	448
14. Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial	449
15. Penhora de crédito	451
16. Penhora no rosto dos autos	452
17. Substituição de penhora.....	454
18. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (concurso de credores na Justiça do Trabalho).....	456
18.1. Reunião de execuções em face do devedor comum.....	459
19. Do arresto cautelar (art. 830 do CPC).....	462
20. Da avaliação dos bens penhorados.....	463
21. Do depósito dos bens penhorados e o depositário	465
22. Depositário infiel – prisão determinada pelo Juiz do Trabalho	469

CAPÍTULO IX

MODALIDADES DE DEFESA NA EXECUÇÃO DO EXECUTADO E DE TERCEIROS 477

1. Embargos à execução (Título executivo judicial).....	477
2. Do conteúdo dos embargos à execução.....	482
2.1. Nulidade da citação se o processo correu à revelia	482
2.2. Prescrição da dívida	483
2.3. Cumprimento da decisão ou quitação da dívida	484
2.4. Inexigibilidade do título	484
2.5. Penhora incorreta ou avaliação errônea	484
2.6. Excesso de execução.....	484
2.7. Inexigibilidade do título em razão do dispositivo em que se baseava ter sido declarado inconstitucional (§ 5º do art. 884 da CLT)	487

2.8.	Impugnação à liquidação	491
2.9.	Matérias de ordem pública.....	492
2.10.	Do procedimento dos embargos à execução.....	492
2.11.	Embargos à execução por título executivo extrajudicial.....	497
2.12.	Do requerimento de parcelamento da execução pelo executado (art. 916 do CPC) e sua compatibilidade com o processo do trabalho	499
3.	Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho	502
4.	Dos embargos de terceiro	509

CAPÍTULO X

DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS NO PROCESSO DO TRABALHO E DISPOSIÇÕES FINAIS DA EXECUÇÃO 519

1.	Da Hasta Pública	519
1.1.	Formalidades da Hasta Pública.....	521
2.	Expropriação	524
3.	Alienação por iniciativa particular.....	525
4.	Alienação por leilão eletrônico.....	526
5.	Arrematação – Conceito e legitimidade para arrematar	528
5.1.	Da arrematação parcelada de bens.....	532
5.2.	Ônus e dívidas que gravam o bem arrematado.....	534
6.	Adjudicação	537
6.1.	Da adjudicação antes da Hasta Pública.....	539
7.	Remição da execução	541
8.	Remição de bens.....	544
9.	Prioridade da expropriação no processo do trabalho.....	546
10.	Lance mínimo.....	546
11.	Lance vil.....	547
11.1.	Lance vil no processo do trabalho.....	547

11.2.	Impugnação da expropriação no processo do trabalho ...	551
12.	Suspensão e extinção da execução no processo do trabalho	553
13.	Suspensão da execução no curso de ação rescisória	556
13.1.	Possibilidade de suspensão da execução ou relativização da coisa julgada em razão do estado de força maior provocado pela pandemia do Coronavírus	557
14.	Custas e despesas processuais na execução trabalhista	564
15.	A questão dos honorários advocatícios na execução trabalhista	567

CAPÍTULO XI

DOS RECURSOS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA 581

1.	Agravo de petição	581
1.1.	Delimitação das matérias objeto da controvérsia	590
1.2.	Procedimento	593
2.	Recurso de revista	593
2.1.	Requisitos específicos do recurso de revista	597
2.2.	Hipótese de cabimento na execução de sentença	605
2.2.1.	Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas	612
2.2.2.	Admissibilidade do Recurso e Saneamento de nulidades	613
2.2.3.	Nova sistemática do conhecimento do Recurso de Revista quando a decisão regional estiver de acordo com Precedente do TST	615
2.2.3.1.	Dos Precedentes Vinculantes	615
2.2.3.2.	Da Instrução Normativa 40 do TST	620
2.3.	Transcendência no recurso de revista	621
2.4.	Efeitos do recurso de revista	633
2.4.1.	Devolutivo	633

2.4.2.	Efeito suspensivo	634
3.	Dos embargos de declaração	635
3.1.	Conceito e natureza jurídica	635
3.2.	Hipóteses cabíveis	635
3.3.	Caráter infringente dos embargos (efeito modificativo).....	638
3.4.	Embargos de declaração em face de decisão interlocutória.....	639
3.5.	Embargos de declaração e contraditório	640
3.6.	Embargos de declaração protelatórios e multa	641
3.7.	Embargos de declaração e prequestionamento	642
3.8.	Do processamento dos embargos de declaração.....	643
4.	Agravo de instrumento	645
5.	Do recurso extraordinário na execução trabalhista.....	648
5.1.	Efeitos do recurso extraordinário na execução da sentença trabalhista	654

CAPÍTULO XII

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 657

1.	Execução da parcela previdenciária	657
1.1.	Da competência	657
1.2.	Do procedimento da execução previdenciária	662
2.	Da execução em face da massa falida e empresa em recuperação judicial	678
2.1.	Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas	691
2.1.1.	Execução em face de devedores solidários e subsidiários na falência e recuperação judicial...	695
2.2.	Execução em face de empresas em liquidação extrajudicial.....	698

3.	Da execução de obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho.....	700
4.	Execução em face da Fazenda Pública.....	705
4.1.	Conceito e introdução.....	705
4.2.	Procedimento na Justiça do Trabalho	709
4.3.	Dos créditos de pequeno valor.....	720
5.	Da execução de parcelas sucessivas	723
6.	Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho	724
7.	Ação anulatória	734
8.	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	738
8.1.	Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho.....	739
8.2.	Competência funcional e procedimento.....	742
9.	Ação Monitória	744
9.1.	A Ação Monitória no Direito Processual do Trabalho.....	750
9.2.	Do procedimento da Ação Monitória na Justiça do Trabalho.....	755
10.	Mandado de Segurança.....	756
10.1.	Conceito de Mandado de Segurança	756
10.2.	Do direito líquido e certo.....	758
10.3.	Das competências material e funcional para o Mandado de Segurança	761
10.4.	Mandado de Segurança em face de decisão interlocutória e na execução da sentença trabalhista	764
10.5.	Procedimento do Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho	765
10.6.	Da liminar e da recorribilidade da decisão que a aprecia....	771
10.7.	Da recorribilidade da decisão no mandado de segurança...	773
10.8.	Do prazo para interposição do mandado de segurança.....	773
11.	Correição parcial	775

12. Execução da decisão que concede a tutela antecipada no processo do trabalho..... 778
13. Da tutela cautelar na execução trabalhista 781
 - 13.1. Do poder geral de cautela do Juiz do Trabalho na execução..... 783
 - 13.2. Do procedimento da tutela cautelar no processo do trabalho 784

CAPÍTULO XIII

LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO 789

1. Do conceito de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos..... 789
2. Da natureza da decisão proferida em ações coletivas para a defesa de interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos 794
3. Liquidação e execução dos direitos difusos e coletivos 795
4. A liquidação da decisão para interesses individuais homogêneos..... 797
5. A execução dos interesses individuais homogêneos..... 808

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 811